

Brasília, 27 de julho de 2026

Seleção

Sumário

Agência Estado - Broadcast

Sábado, 25 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

Quem paga e quem lucra com a inteligência artificial 3

Folha.com

Sábado, 25 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

Novas tarifas de Trump vieram para ficar, e mais estão por vir 5

Quem paga e quem lucra com a inteligência artificial



A discussão sobre inteligência artificial costuma começar pela produtividade. Quanto ela acrescentará ao crescimento? Quantos empregos serão transformados? Em quanto tempo os ganhos aparecerão nas estatísticas? Essas perguntas são centrais, mas não explicam o que já está acontecendo. Antes mesmo de conhecermos o retorno final da nova tecnologia, a inteligência artificial começou a redesenhar os fluxos de capital, comércio e renda entre países.

A nova infraestrutura precisa ser financiada, construída, equipada e energizada. Sobretudo, ela precisa pertencer a alguém. O capital financia centros de dados e capacidade computacional; as importações fornecem semicondutores, servidores, equipamentos elétricos e sistemas de refrigeração; plataformas, softwares e **propriedade intelectual** geram depois receitas recorrentes. Ao final, a distribuição dos lucros depende menos do local onde um servidor foi montado do que de quem controla a nuvem, o algoritmo, a plataforma e a relação com o cliente.

Surge, assim, uma nova camada de desequilíbrios globais. O mapa tradicional, organizado em torno de fábricas, petróleo e comércio de bens, começa a ser coberto por outro, baseado em capacidade computacional, eletricidade, chips, serviços digitais, **propriedade intelectual** e ativos financeiros. A in-

teligência artificial não substitui os antigos desequilíbrios; ela se instala sobre eles e modifica a maneira como poupança, investimento e renda atravessam fronteiras.

Os Estados Unidos ocupam hoje a posição mais favorável nessa arquitetura. Suas grandes empresas de tecnologia dispõem de balanços robustos, acesso aos mercados de capitais, capacidade de engenharia e infraestrutura de nuvem para investir em escala.

O país pode importar parcela relevante dos equipamentos físicos e ainda capturar boa parte da renda digital gerada posteriormente. Plataformas americanas estão bem posicionadas para vender serviços de nuvem, softwares empresariais, assinaturas, licenças e acesso a modelos de inteligência artificial em todo o mundo.

Logo, há uma diferença decisiva entre importar hardware e controlar a renda produzida por ele. Os bens cruzam a fronteira uma vez; as receitas de software, nuvem e **propriedade intelectual** podem atravessá-la todos os meses. Uma economia pode registrar déficit na compra de equipamentos e, ao mesmo tempo, construir uma fonte duradoura de receitas externas se suas empresas controlarem os serviços e os ativos intangíveis associados à infraestrutura.

Os mercados financeiros já antecipam essa possibilidade. Desde o fim de 2022, ações ligadas a semicondutores e inteligência artificial se distanciaram dos índices globais mais amplos. Parte do movimento reflete expectativas de lucro, mas também a escassez de alternativas para investidores que desejam exposição líquida à nova tecnologia. O capital se concentra em um grupo reduzido de empresas, bolsas e instrumentos financeiros, fortalecendo o papel dos Estados Unidos como destino da poupança mundial.

O investidor estrangeiro compra ações e títulos das empresas que lideram a expansão; a valorização desses ativos aumenta o valor das posições já existentes; e, se os investimentos gerarem as receitas esperadas, essas mesmas empresas passarão a

receber pagamentos de clientes e operações espalhados pelo mundo. O efeito sobre os fluxos de capital aparece primeiro. O efeito sobre a conta de serviços e a renda de investimentos vem depois.

A Ásia ocupa uma posição diferente. Coreia do Sul, China, Taiwan, Malásia, Vietnã e outros centros industriais fornecem boa parte dos semicondutores, memórias, equipamentos e componentes necessários à expansão. Essa demanda já produz ganhos importantes de exportação e investimento. No entanto, fabricar o equipamento não equivale a controlar a plataforma que gerará receitas durante anos. A indústria de hardware recebe o impulso inicial; a renda mais persistente tende a permanecer onde estão a **propriedade intelectual**, o software e o cliente final.

A geografia da inteligência artificial é, portanto, mais complexa do que uma simples disputa entre Estados Unidos e China. A China combina escala industrial, política tecnológica, produção eletrônica e presença crescente em plataformas digitais. A Coreia e outras economias asiáticas ocupam posições estratégicas em cadeias específicas. Os Estados Unidos concentram financiamento, ativos investíveis, plataformas e **propriedade intelectual**. Cada economia participa de uma camada diferente, e o saldo final dependerá de quanto valor consegue reter depois que o investimento físico estiver concluído.

Para os países emergentes fora dos grandes polos de hardware, a questão central será transformar a adoção da inteligência artificial em capacidade exportadora. Sem empresas capazes de vender software, processamento de dados, serviços empresariais, soluções de nuvem ou aplicações especializadas, a difusão tecnológica pode elevar a eficiência doméstica (o que é ótimo para o crescimento de longo prazo e o bem-estar da população) e, ao mesmo tempo, ampliar a conta de importações digitais, distribuída entre assinaturas de software, uso de plataformas, serviços de computação, licenças, equipamentos e remessas de lucros. Esses pagamentos não representam, por si só, um problema; a vulnerabilidade pode surgir quando a dependência se prolonga sem gerar exportações, conhecimento local ou receitas externas suficientes para compensá-la.

A experiência recente sugere que o tipo de capital recebido será tão importante quanto o volume. Investimentos de portfólio permitem adquirir partici-

pação nos atuais líderes globais, mas raramente constroem capacidade produtiva no país receptor. O investimento estrangeiro direto pode produzir outro resultado ao financiar centros de serviços, infraestrutura de dados, plantas industriais, equipes de engenharia e conexões com redes internacionais de clientes. Em nosso trabalho no IIF, a associação entre investimento direto e crescimento das exportações de tecnologia da informação se fortalece depois de 2017, enquanto os fluxos de portfólio continuam muito mais sensíveis à liquidez global e à percepção de risco.

Para o Brasil, essa agenda exige escolhas mais precisas do que uma política genérica de apoio à inovação. O país dificilmente reproduzirá toda a cadeia tecnológica, mas pode buscar posições em segmentos nos quais já dispõe de mercado, empresas, energia, capacidade financeira e conhecimento setorial. Aplicações para agricultura, finanças, saúde, energia, segurança digital e serviços empresariais parecem mais promissoras do que a tentativa de competir em todas as etapas. A transformação dessas vantagens em receitas externas dependerá de eletricidade confiável, mão de obra qualificada, regras estáveis para dados e investimentos, concorrência e acesso aos mercados internacionais.

A inteligência artificial já está mudando os desequilíbrios globais antes que seu efeito final sobre a produtividade seja conhecido. O capital flui para os mercados que financiam a expansão; os ganhos comerciais favorecem os países que fornecem seus componentes físicos; e a renda mais duradoura tende a se concentrar entre os proprietários de plataformas, **propriedade intelectual** e capacidade digital exportável. Para cada país, a pergunta decisiva será menos quanto de inteligência artificial conseguirá consumir e mais quanto valor poderá produzir, reter e vender ao resto do mundo.

Marcello Estevão, PhD MIT, é Diretor Gerente e Economista Chefe do Institute of International Finance e professor da Universidade de Georgetown em Washington, DC. Foi Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e trabalhou no Banco Mundial, FMI, Federal Reserve e Tudor Investment Corporation.

Os artigos publicados na Broadcast expressam as opiniões e visões de seus autores.

Novas tarifas de Trump vieram para ficar, e mais estão por vir



Taxas de 10% ou 12,5% sobre trabalho forçado cobrem 99,4% das importações dos EUA, disse o USTR

Ações mais recentes incluem investigação sobre suposto roubo de **propriedade intelectual** no Vietnã

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não teve tempo para longas investigações tarifárias quando retornou ao cargo no ano passado, querendo pressionar os parceiros comerciais imediatamente para arrancar concessões.

O que se seguiu foi um início caótico de uma agenda comercial que acabou sendo derrubada por uma dura derrota na Suprema Corte neste ano. Agora, Trump e sua equipe estão entrando em uma nova fase para construir um muro tarifário americano mais durável, usando leis comerciais mais tradicionais e já testadas nos tribunais - aquelas para as quais o presidente tinha pouca paciência 18 meses atrás.

Sua mais recente ofensiva tarifária global - taxas de 10% ou 12,5% sobre 60 países por suposta fiscalização fraca de proibições ao trabalho forçado - marca a primeira de inúmeras ações tarifárias a serem reveladas nos próximos meses. Elas incluem investigações sobre excesso de capacidade industrial, suposto roubo de **propriedade intelectual** pelo Vietnã e proteções de segurança nacional para indústrias estratégicas, de semicondutores a robótica e maquinário industrial.

"Estamos no fim do começo da agenda tarifária de Trump", disse Dan Ujcz, consultor jurídico associado da produtora canadense de petróleo Cenovus Energy, especializado em comércio EUA-Canadá. "Nas próximas semanas, e certamente até o final do verão, veremos grandes partes da política comercial do presidente Trump totalmente em vigor."

Isso pode trazer mais clareza e certeza para as empresas sobre a estrutura tarifária final de Trump, junto com o temor nos ministérios de comércio exterior de que talvez tenham que fazer mais concessões para proteger o acesso a um mercado importador americano de US\$ 3,4 trilhões (R\$ 17,2 trilhões).

As novas tarifas contra trabalho forçado de Trump, impostas sob a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 - o estatuto de práticas comerciais desleais usado contra a China durante seu primeiro mandato - substituem quase diretamente uma tarifa temporária global de 10% que expirou na sexta-feira (24). Elas cobrem 99,4% das importações dos EUA, disse o escritório do Representante de Comércio dos EUA.

Isso reconstrói parte das emblemáticas tarifas do "Dia da Libertação" de Trump, de 10% a 50% sobre quase todos os países, que a Suprema Corte dos EUA derrubou como ilegais sob uma lei de emergências nacionais não testada que Trump usou para impô-las.

Outra parte das tarifas de base provavelmente será reconstruída por outra investigação da Seção 301 sobre excesso de capacidade industrial, visando 16 grandes parceiros comerciais, incluindo China, União Europeia, Japão, Coreia do Sul, México e Vietnã. Essa investigação em andamento mira subsídios industriais e outras políticas focadas em exportação.

Em meio a uma comoção mais ampla sobre a medida de Trump, alguns a viram como uma manutenção do status quo.

Mark Bissell, CEO da fabricante de aspiradores Bissell Inc, sediada em Michigan, disse que as

Continuação: ■ Novas tarifas de Trump vieram para ficar, e mais estão por vir ■

tarifas mais recentes eram, em grande parte, o que a empresa previa e que ela não havia antecipado estoques da China e de outros lugares para tentar escapar delas.

"Continuamos tocando o negócio com base na crença de que as tarifas ficariam na faixa de 10-15%", disse Bissell em um email à agência de notícias Reuters.

A aposta de Trump em tarifas rápidas, mas não testadas, logo de cara fez quatro coisas. Acumulou custos adicionais sobre varejistas e outras indústrias dependentes de importação; trouxe dezenas de parceiros comerciais à mesa de negociação, rendendo concessões por taxas mais baixas; provocou retaliação rápida e escalada tarifária da China que levou a uma trégua delicada; e encheu os cofres fiscais dos EUA com centenas de bilhões de dólares .

Somente as tarifas do "Dia da Libertação" renderam US\$ 166 bilhões (R\$ 840,9 bilhões) em receita, uma compensação importante para um déficit federal crescente, mas os reembolsos aos importadores agora tornaram essas arrecadações negativas.

As tarifas temporárias de 150 dias, baseadas em uma lei destinada a conter crises de balanço de pagamentos, adicionaram US\$ 31 bilhões (R\$ 157 bilhões) em receita avaliada até 5 de julho. Mas se uma decisão de um tribunal federal contra elas for mantida, esse dinheiro também estará sujeito a reembolso.

Com a dívida pública dos EUA se aproximando de US\$ 40 trilhões (R\$ 202,6 trilhões), Josh Lipsky, presidente de economia internacional do Atlantic Council, disse que governos seguintes podem se tornar viciados em receita tarifária que provavelmente será sustentada.

"O muro tarifário está sendo reconstruído tijolo forte por tijolo forte, e é muito durável", disse Lipsky.

O amplo uso da Seção 301 por Trump no caso do trabalho forçado provocou um desafio legal imediato por pequenas empresas, mas especialistas em comércio e direito dizem que isso levará tempo para se desenrolar. O estatuto tem um histórico sólido nos tribunais, e os juízes podem relutar em suspender ações destinadas a coibir o trabalho forçado e reduzir barreiras a produtos americanos.

O Representante de Comércio dos EUA, Jamieson Greer, deixou claro nesta semana que Trump usará

tudo à sua disposição para erguer tarifas para repatriar a produção e reduzir o déficit comercial.

"As autoridades específicas que esta administração está usando mudaram, mas a estratégia comercial não", disse Greer ao Comitê de Finanças do Senado dos EUA.

Greer, que não se comprometeu com um cronograma para as investigações de capacidade industrial, disse que as camadas de tarifas sendo reconstruídas não excederão os tetos incluídos nos acordos que ele vem negociando, incluindo 15% para a UE, Japão e Coreia do Sul e taxas mais altas para países do sudeste asiático.

Autoridades da administração dizem que, embora a China seja vista como a maior fonte mundial de excesso de manufatura, suas taxas não excederão o teto de cerca de 20% acordado por Trump e o presidente chinês Xi Jinping em novembro passado, que se soma às tarifas de 25% de seu primeiro mandato.

Algumas tarifas nominais - ou anunciadas- podem ser mais altas do que as taxas efetivamente aplicadas, o que analistas dizem que pode ser um mecanismo de fiscalização para que os países cumpram os termos dos acordos comerciais.

Ainda assim, algumas coisas continuam surgindo do nada, incluindo as tarifas de 50% sobre cerveja canadense, laticínios, tacos de hóquei e outros produtos que Trump anunciou na segunda-feira (20) devido à recusa de Ottawa em fazer concessões comerciais, e sua ameaça de cortar todo o comércio com a Espanha por não cumprir as metas de gastos militares da Otan .

Essa propensão a anúncios tarifários espontâneos continua sendo um risco contínuo, disse Eswar Prasad, professor de comércio na Universidade Cornell e ex-chefe do departamento da China no Fundo Monetário Internacional. "A ânsia de Trump em impor tarifas para abordar toda uma gama de queixas não apenas continuará perturbando o sistema comercial global, mas terá efeitos adversos significativos sobre as famílias e empresas americanas."

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual	1,2,3,4
-------------------------------	---------